

A. I. N° - 293575.1205/12-6
AUTUADO - FRIJEL FRIGORIFICO E ESTIVAS JEQUIÉ LTDA.
AUTUANTE - TELESSON NEVES TELES
ORIGEM - INFRAZ JEQUIÉ
INTERNET - 23. 08. 2013

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0181-01/13

EMENTA: ICMS. 1. ARQUIVOS MAGNÉTICOS. USUÁRIO DE PROCESSAMENTO ELETRÔNICO DE DADOS. ENTREGA COM DADOS DIVERGENTES DOS DOCUMENTOS FISCAIS. MULTA. A constatação de informações com divergências nos arquivos magnéticos, em relação às registradas no livro REM, caracteriza a infração prevista no art. 42, inciso XIII-A, alínea “F”, posteriormente, alínea “i” (Lei nº 10.847, efeito a partir de 28/11/07). As arguições sobre a intimação para correção de inconsistências verificadas em arquivo magnético com uma listagem diagnóstico indicativa das irregularidades encontradas não são relevantes, no caso, pois, o descumprimento da obrigação acessória já se fez, na data da entrega dos arquivos com divergências. **Infração caracterizada. 2. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTA FISCAL NO REGISTRO DE ENTRADAS. MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS.** Descumprimento de obrigações acessórias. Multa de 10% do valor comercial das mercadorias não escrituradas. O autuado comprova escrituração de parte das notas fiscais. **Infração parcialmente subsistente. Auto de Infração PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão não unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide lavrado em 21/12/12 diz respeito ao descumprimento de obrigação acessória, em face às infrações a seguir descritas:

01 - Forneceu informações através de arquivos magnéticos exigidos na legislação tributária, requeridos mediante intimação, com dados divergentes dos constantes nos documentos fiscais correspondentes, ficando o valor da multa limitado a 1% (um por cento) do valor das operações de saídas e das prestações de serviços realizadas no estabelecimento em cada período, calculando-se a multa sobre o valor das operações ou prestações divergentes. Exercícios 2007/2008. Valor R\$ 721.128,59.

02 – Deu entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas à tributação sem o devido registro na escrita fiscal. Períodos março/maio; julho/agosto outubro/dezembro 2007; janeiro, março e agosto 2008. Valor da multa (10%) R\$ 40.273,36.

O contribuinte apresentou defesa (fls. 123/127) arguindo a inexistência do débito com relação aos arquivos magnéticos previstos no Convênio ICMS 57/95 e que não foi intimado com a listagem diagnóstico indicativa das irregularidades encontradas, conforme art. 261, em seu parágrafo 2º.

“Art. 261. Sempre que for intimado, o contribuinte fornecerá ao fisco os documentos e o arquivo magnético de que trata esta seção, no prazo de 5 dias úteis contados da data do recebimento da intimação, sem prejuízo do acesso imediato às instalações, equipamentos e informações em meios magnéticos.

...

§ 2º Tratando-se de intimação para correção de inconsistências verificadas em arquivo magnético, deverá ser fornecida ao contribuinte Listagem Diagnóstico indicativa das irregularidades encontradas.”

Alega que solicitou por diversas vezes o referido demonstrativo, bem como a devolução dos livros fiscais, para possibilitar o cumprimento da referida intimação, não tendo sido atendido, sob a alegação de que somente poderia fornecer depois de concluída a fiscalização. Diz que protocolou, nesse sentido, diversas petições (em 08/11/12, protocolo nº 218459/2012-1, solicitando a prorrogação do prazo de entrega, nos termos do Parágrafo 5º do art. 261 do Dec. 13.780/2012, e em 14/12/2012, sob o número 244311/2012-7, para o atendimento ao parágrafo 2º do já citado art. 261 em relação à listagem diagnóstico), que não foram atendidas, o que impediu de forma incontestada a retificação dos arquivos magnéticos.

Com relação à infração 02, argumenta que diversas notas fiscais que constam, no demonstrativo, como não registradas, na verdade o foram, o que passa a demonstrar:

1º - Nota fiscal nº 264538 no valor de R\$ 637,42, encontra-se registrada à folha nº 033 do livro de Registro de Entradas nº 12, com a numeração de nº 26538.

2º - Nota fiscal nº 105777 no valor de R\$ 9.018,00, encontra-se registrada à folha nº 046 do livro de Registro de Entradas nº 12.

3º - Nota fiscal nº 1011 no valor de R\$ 4.969,80 encontra-se registrada à folha nº 068 do livro de Registro de Entradas nº 13. Nesta, o Auditor enganou-se quanto à data, pois a NF é de 26/05/2008.

4º - Nota fiscal nº 469411 no valor de R\$ 1.699,55, por tratar-se de despesa de conservação e reparo do imobilizado não foi registrada no LRE, porém encontra-se contabilizada à folha nº 107 do livro Diário nº 37 autenticado na JUCEB sob nº 08/022110-6 em 12/06/2005.

5º - Nota fiscal nº 665837 no valor de R\$ 37.370,41, encontra-se registrada à folha nº 106 do livro de Registro de Entradas nº 13. Esta Nota Fiscal foi registrada em duas linhas da mesma folha, sendo o valor de R\$ 27.119,61 correspondente ao CFOP 2.102 e R\$ 10.250,80 correspondente ao CFOP 2.403.

6º - Nota fiscal nº 118171 no valor de R\$ 9.507,60, encontra-se registrada à folha nº 103 do livro de Registro de Entradas nº 12, com a numeração de nº 18171.

7º - Nota fiscal nº 122299 no valor de R\$ 47.858,40, encontra-se registrada à folha nº 122 do livro de Registro de Entradas nº 12, com a numeração de nº 12299.

8º - Nota fiscal nº 630797 no valor de R\$ 75.262,40, encontra-se registrada à folha nº 149 do livro de Registro de Entradas nº 12. Neste caso o auditor fiscal relacionou a NF como sendo de número 63797.

9º - Nota fiscal nº 232 no valor de R\$ 13.533,60, encontra-se registrada à folha nº 154 do livro de Registro de Entradas nº 12, com a numeração de nº 233, constante da parte inferior da nota.

10º - Nota fiscal nº 835 no valor de R\$ 560,00 encontra-se registrada à folha nº 002 do livro de Registro de Entradas nº 13. Nesta, o Auditor enganou-se quanto à data, pois embora a emissão seja de 20/12/2007, a entrada no estabelecimento se deu em 03/01/2008.

11º - Nota fiscal nº 2809 no valor de R\$ 1.085,00, encontra-se registrada à folha nº 014 do Livro de Registro de Entradas nº 13, com a numeração de nº 2809170.

12º - Nota fiscal nº 134335 no valor de R\$ 85.517,10, encontra-se registrada à folha nº 008 do livro de Registro de Entradas nº 13, com a numeração de nº 134338.

13º - Nota fiscal nº 642965 no valor de R\$ 17.085,00, encontra-se registrada à folha nº 034 do Livro de Registro de Entradas nº 13, com a numeração de nº 642962.

14º - Nota fiscal nº 7775 no valor de R\$ 4.999,50, encontra-se registrada à folha nº 037 do livro de Registro de Entradas nº 13, com a numeração de nº 775.

15º - Nota fiscal nº 22746 no valor de R\$ 55.890,00, encontra-se registrada à folha nº 0112 do livro de Registro de Entradas nº 13, com a numeração de nº 27746.

16º – As Notas Fiscais nº 197570 e 203821 nos valores de R\$ 13.722,75 e R\$ 19.461,75 respectivamente, são notas de saídas de remessa para venda fora do estabelecimento, sendo que a de nº 197570 encontra-se registrada à folha nº 350 do livro de Registro de Saídas nº 20, contida na sequência de 197570 a 197572 valor de R\$ 23.746,09, e a de nº 203821 encontra-se registrada à folha nº 388 do livro de Registro de Saídas nº 21, contida na sequência de 203821 a 203824 valor de R\$ 32.618,76.

Conclui que houve apenas inversões de algarismos nos números das notas fiscais, aduzindo que os documentos acostados aos autos comprovam a existência do débito relacionado à nota fiscal nº 7.024, no valor de R\$ 455,52 (infração 02). Pede a anulação da infração 01.

O Auditor presta Informação Fiscal (fls. 170/171). Diz que as divergências nos arquivos magnéticos foram de tal monta que inviabilizaram o seu uso na fiscalização, decorrendo daí “um esforço hercúleo” durante a ação fiscal que originou outro auto de infração (293375.0901/12-9), por se tratar de um contribuinte com grande volume de documentos.

Assevera que é uma inverdade que os demonstrativos das divergências não foram entregues, lembrando do destaque, na segunda intimação para apresentação das informações por meio magnéticos (fl. 08), com relação ao objetivo e ao fato de os demonstrativos estarem anexados a intimação, assinada pelo representante legal do contribuinte.

Argumenta que se o contribuinte não tivesse recebido os demonstrativos, como alega, se recusaria a assinar o documento. Lembra, inclusive, quando a ciência se dá através do AR, o contribuinte apenas assina o cartão de recebimento emitido pelos Correios e nenhum documento emitido pela SEFAZ. Diz ainda que não faz sentido a alegação de que os documentos não foram devolvidos, bastante ver os documentos de fls. 09 e 10.

Argui que a intimação para regularização dos arquivos magnéticos foi assinada em 10.10.12 e o auto de infração somente foi lavrado em 21.12.2012, com base nos relatórios emitidos em 21.12.12, anexos às fls. 14/41, confirmando que nenhum arquivo retificador fora enviado, até aquela data. Sublinha que o prazo é maior do que os trinta dias previstos no regulamento do ICMS.

Sobre o processo 244311/2012-7, que estaria a solicitar o fornecimento da listagem diagnóstico, diz que tal afirmação subjugava o entendimento fiscal e do órgão julgador, pois no processo anterior apenas solicitou a prorrogação do prazo, sem fazer qualquer referência à listagem.

Informa que não há pertinência na argumentação defensiva, cujo objetivo é apenas protelar o julgamento dos autos.

Na segunda infração, concorda que houve imprecisões das duas partes, em virtude do volume da documentação a ser examinada e pela complexidade da fiscalização, em função das dificuldades com os arquivos magnéticos, tratadas antes.

Após os argumentos da defesa, admite a procedência da multa em relação às notas fiscais nº 7.024 (R\$ 455,52), 469.411 (R\$ 169,96) e 2809 (R\$ 108,50).

VOTO

Versa o presente Auto de Infração sobre o lançamento de créditos tributários no valor global de R\$ 761.401,95, tendo em vista a aplicação das penalidades por descumprimento das obrigações acessórias, descritas e relatadas na inicial dos autos, que serão objeto da apreciação a seguir:

Na primeira infração, a exigência é que o autuado “*forneceu informações através de arquivos magnéticos exigidos na legislação tributária, requeridos mediante intimação, com dados divergentes dos constantes nos documentos fiscais correspondentes, ficando o valor da multa limitado a 1% (um por cento) do valor das operações de saídas e das prestações de serviços realizadas no*

estabelecimento em cada período, calculando-se a multa sobre o valor das operações ou prestações divergentes”.

Constato que foi aplicada, na realidade, a multa equivalente a 1% (um por cento), no período de janeiro a outubro de 2007 e multa equivalente a 5% (cinco por cento), no período de novembro 2007 a dezembro de 2008, no valor total de R\$ 721.128,59.

O sujeito passivo argúi em sua defesa que não foi intimado com a listagem diagnóstico indicativa das irregularidades encontradas, conforme § 2º do art. 261 do RICMS/12, tendo solicitado o referido demonstrativo, não sendo atendido, sob a alegação de que somente poderia fornecer depois de concluída a fiscalização. Protocolou diversas petições, nesse sentido, que também não foram atendidas, o que impediu a retificação dos arquivos magnéticos.

O Auditor Fiscal informa que as divergências nos arquivos magnéticos foram de tal monta que inviabilizaram a ação fiscal; que os demonstrativos das divergências foram entregues, lembrando do destaque, na segunda intimação para apresentação das informações por meio magnéticos (fl. 08), e que o contribuinte se recusaria a assinar o documento, caso não tivesse recebido os demonstrativos.

A legislação do Estado da Bahia (Lei 7.014/96 e o RICMS/BA, aprovado pelo Decreto 6.284/97) estabelece que o sujeito passivo da obrigação tributária, além do pagamento do imposto, é obrigado ao cumprimento das prestações, positivas ou negativas, estabelecidas na legislação tributária (Lei nº 7.014/96, art. 34).

Entre as prestações positivas, encontra-se a obrigação de emitir documentos e escriturar livros por sistema eletrônico de processamento de dados, nos termos do Convênio ICMS 57/95 (art. 683, RICMS/BA-97 e seguintes). O usuário de SEPD - sistema eletrônico de processamento de dados está, assim, obrigado a enviar arquivo eletrônico à SEFAZ, nos prazos estabelecidos na legislação, mantendo-o pelo prazo decadencial, contendo as informações atinentes ao registro dos documentos fiscais recebidos ou emitidos por qualquer meio, referente à totalidade das operações de entrada, de saída, realizadas no período de apuração.

Nessa linha, o art. 708-A, RICMS/BA, vigente à época da infração detectada, aplica-se à obrigação de fazer a entrega mensal dos arquivos magnéticos, nos prazos regulamentares e o art. 708-B se refere à falta de entrega de arquivos magnéticos, quando regularmente intimados. As multas aplicadas às infrações relacionadas com a entrega de informações em arquivo eletrônico e com o uso de equipamento de controle fiscal ou de sistema eletrônico de processamento de dados estão capituladas no inciso XIII-A, art. 42, Lei 7.014/96.

Incide-se na multa prevista no art. 42, XIII-A “j” da Lei nº 7.014/96, estipulada no valor de R\$ 1.380,00 pela falta de entrega, nos prazos previstos na legislação, de arquivo eletrônico contendo a totalidade das operações de entrada e de saída, das prestações de serviço efetuadas e tomadas, bem como dos estornos de débito ocorridos em cada período, ou a entrega sem o nível de detalhe exigido na legislação.

Nessa hipótese de incidência, o descumprimento da obrigação acessória se perfaz no momento da falta de entrega dos arquivos, no prazo previamente estabelecido na legislação (art. 708-A, RICMS/BA). Constatada a ausência na entrega dos arquivos, o preposto fiscal deve intimar o contribuinte para que o faça no prazo de 5 dias úteis, contados da data do recebimento da intimação. Observa-se que o atendimento à mencionada intimação não exclui a obrigação tratada anteriormente, a entrega no prazo legal (art. 708-B, § 2º, RICMS/BA).

Estando o autuado regularmente intimado para fazer a entrega dos arquivos magnéticos, e não o fazendo no prazo acima mencionado, deve ser aplicada, cumulativamente, multa de 1% (um por cento) do valor das saídas ou das entradas, o que for maior, de mercadorias e prestações de serviços realizadas em cada período de apuração e/ou do valor dos estornos de débitos em cada período de

apuração pelo não atendimento de intimação subsequente para apresentação do respectivo arquivo, conforme determina o art. 42, inciso XIII-A, “j” da Lei 7.014/96, na redação da Lei 10.847/07, efeitos a partir de 28.11.07:

j) R\$ 1.380,00 (um mil trezentos e oitenta reais) pela falta de entrega, nos prazos previstos na legislação, de arquivo eletrônico contendo a totalidade das operações de entrada e de saída, das prestações de serviços efetuadas e tomadas, bem como dos estornos de débitos ocorridos em cada período, ou entrega sem o nível de detalhe exigido na legislação, devendo ser aplicada, cumulativamente, multa de 1% (um por cento) do valor das saídas ou das entradas, o que for maior, de mercadorias e prestações de serviços realizadas em cada período de apuração e/ou do valor dos estornos de débitos em cada período de apuração pelo não atendimento de intimação subsequente para apresentação do respectivo arquivo

Cabível ressaltar que, nos termos do § 6º, art. 708-B, RICMS/BA-97, a entrega de arquivo magnético em atendimento à intimação de que trata o *caput* desse artigo, fora das especificações e requisitos previstos no Convênio ICMS 57/95, configura não fornecimento, estando também o contribuinte sujeito à penalidade prevista na mesma alínea “j”, inciso XIII-A, art. 42, Lei nº 7.014/96.

Em havendo inconsistências nos arquivos magnéticos, deve a autoridade fiscal proceder como prevêem os §§ 3º e 5º do art. 708-B do RICMS: intimar o contribuinte para corrigir as inconsistências do arquivo magnético, fornecendo-lhe junto com a intimação Listagem Diagnóstico com indicação das irregularidades encontradas, no prazo de 30 dias.

Da análise do caso concreto e das peças acostadas aos autos, constato que o sujeito passivo não incorreu na falta da entrega dos arquivos magnéticos, mas, na sua apresentação “*com dados divergentes dos constantes nos documentos fiscais correspondentes*”, tendo em vista, inclusive, a prova do seu recebimento, conforme documento do SCAM (sistema de controle de arquivos magnéticos), fl. 14/17. Mais precisamente, a acusação é que o sujeito passivo forneceu informações através de arquivos magnéticos exigidos na legislação tributária, requeridos mediante intimação, com dados divergentes dos constantes nos documentos fiscais correspondentes. Conforme demonstrativo de fl. 11, o Auditor Fiscal aplicou a multa de 5% sobre as entradas e saídas omitidas ou divergentes, limitada a 1% (um por cento) do valor das operações de saídas

Apesar de constar a indicação de que os dados divergentes, que fundamentaram a infração, foram exigidos em arquivos magnéticos, mediante intimação, a reprimenda à situação que se apresenta, no caso concreto, nos termos do art. 42, inciso XIII-A, alínea “f”e, posteriormente, alínea “i” (Lei nº 10.847, efeito a partir de 28/11/07), sequer precisaria da intimação, conforme a seguir transcrito:

f) 5% (cinco por cento) do valor das operações de entradas e saídas de mercadorias, bem como das prestações de serviços tomadas e realizadas, omitidas de arquivos magnéticos exigidos na legislação tributária, ou neles informadas com dados divergentes dos constantes nos documentos fiscais correspondentes, não podendo ser superior a 1% (um por cento) do valor das operações de saídas e das prestações de serviços realizadas no estabelecimento em cada período.

(na redação do art. 42, XIII-A, dado pela Lei nº 9.430/05, efeitos de 11/02/05 a 27.11.07)

i) 5% (cinco por cento) do valor das entradas e saídas de mercadorias, bem como das prestações de serviços tomadas e realizadas, omitidas de arquivos eletrônicos exigidos na legislação tributária, ou neles informadas com dados divergentes dos constantes nos documentos fiscais correspondentes, não podendo ser superior a 1% (um por cento) do valor das operações de saídas e das prestações de serviços realizadas no estabelecimento em cada período, calculando-se a multa sobre o valor das operações ou prestações omitidas ou sobre o valor das divergências, conforme o caso;

(na redação do art. 42, XIII-A, dado pela Lei nº 10.847/07, efeitos a partir de 28.11.07)

Justamente por não carecer de intimação, já se encontrando perfeitamente delineada na informação omissiva ou com dados divergentes nos arquivos, é que o percentual da multa, 5% ou 1%, conforme o caso, incide sobre o valor das operações ou prestações omitidas ou sobre o valor das divergências (art. 42, XIII-A, incisos “f” ou “i”) e não sobre o valor das saídas ou das entradas, o que for maior, de

mercadorias e prestações de serviços realizadas em cada período de apuração, que ocorre nas infrações com arquivos do SINTEGRA, cuja intimação é típica (art. 42, XIII-A, “j”).

As duas condutas omissivas tipificam o não cumprimento de obrigação acessória; uma, porém, implica falta de entrega do arquivo magnético nos prazos e na forma previstos na legislação; a outra tipifica o descumprimento de intimação fiscal para a entrega do arquivo magnético. Observa-se que, quanto à dimensão do prejuízo causado à Fazenda Pública, a não entrega do arquivo descumprindo uma intimação fiscal, traduz prejuízo e desatenção à Fazenda Pública de maior monta, merecendo assim reprimenda mais gravosa. O ato volitivo da Fazenda Pública, requerendo que o contribuinte apresente o arquivo, evidencia interesse imediato naquelas informações e a omissão das mesmas configura maior prejuízo ao interesse fiscal.

Na outra situação, a infração cometida já se encontra caracterizada, não sendo necessária qualquer nova medida estatal, requerendo assim, penalidade menos severa.

Nesse caso específico, a presença ou ausência de intimação para correção de inconsistências, verificadas em arquivo magnético, que deveria constar Listagem Diagnóstico a ser fornecida ao contribuinte com a indicativa das irregularidades encontradas (art. 708-B, § 3º, RICMS 97), não tem repercussão na caracterização de infração apontada.

Mesmo o esforço do sujeito passivo, o que resta provado nos autos, na solicitação da prorrogação do prazo da entrega dos arquivos (processo cadastrado no SIPRO - sistema de processo, sob o nº 218459/2012-1, em 08.11.2012 (fl. 131/132) ou em obter a listagem diagnóstico, antes mencionada, (processo cadastrado no SIPRO - sistema de processo, sob o nº 244311/2012-7, em 14.12.2012 (fl.128/129), não produziria o efeito de elidir a infração, já caracterizada, quando da entrega dos arquivos magnéticos com inconsistências, omissões ou divergências, conforme indica a legislação tributária (OTE-DPF-3005), não carecendo de intimação.

Competiria ao autuado questionar, fundamentadamente, possíveis divergências entre os valores registrados nos documentos fiscais e aqueles constantes nos seus arquivos magnéticos, o que não ocorreu no presente PAF. Em contrário, o preposto fiscal acostou aos autos cópias da recomposição dos totais de saídas e entradas extraídos dos arquivos magnéticos (fls. 18/41), além das cópias do Registro de Apuração de ICMS (fls. 42/93) comprovando o demonstrativo de fl. 11, que fundamentou a exigência.

Diante do exposto, resta caracterizada a multa por descumprimento de obrigação acessória, consistente no fornecimento de arquivos magnéticos com dados divergentes, nos termos do Convênio ICMS 57/95 e a legislação tributária do Estado da Bahia, no valor de R\$ 721.128,59.

Na infração 02, penalidade por descumprimento de obrigação acessória, sob a acusação de que o autuado deu entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas à tributação sem o devido registro na escrita fiscal, no valor total de R\$ 40.273,36.

Com efeito, a falta dos registros autoriza a exigência de multa por descumprimento de obrigação acessória, quando se referir à entrada de mercadoria sujeita a tributação, nos termos do artigo 42, inciso IX, Lei 7.014/96, abaixo transcritos:

Art. 42. Para as infrações tipificadas neste artigo, serão aplicadas as seguintes multas:

(...)

IX - 10% (dez por cento) do valor comercial da mercadoria adquirida sujeito à tributação, entrada no estabelecimento sem o devido registro na escrita fiscal;

O autuante elaborou demonstrativo fiscal às fls. 12/13, discriminando as notas fiscais não registradas na escrita fiscal. Nas razões, o autuado admite apenas a multa em relação à nota fiscal nº 7.024, no valor de R\$ 455,52. O preposto fiscal reconhece o equívoco cometido, justificado pelo volume da documentação a ser examinada e das dificuldades com os arquivos magnéticos, tratados na infração

anterior. Admite a procedência da multa em relação às notas fiscais nº 7.024 (R\$ 455,52), 469.411 (R\$ 169,96) e 2809 (R\$ 108,50).

Em face aos argumentos emitidos e as peças processuais acostadas aos autos, constato que, entre as notas fiscais admitidas pelo Auditor Fiscal, após as razões, o documento de nº 2809, no valor de R\$ 108,50 encontra-se escriturado no livro Registro de Entrada com o número 2809170, fl. 170, devendo ser excluído da exigência.

A infração 02, pois, resta caracterizada nos valores de R\$ 455,52 (março 07) e R\$ 169,96 (julho 07), totalizando R\$ 625,48.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **293575.1205/12-6**, lavrado contra **FRIJEL FRIGÓRIFICO E ESTIVAS JEQUIÉ LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento das multas por descumprimento de obrigações acessórias no valor total de **R\$721.754,07**, previstas no art. 42, incisos IX, XIII-A, “f”, “i” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios, conforme a Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 08 de agosto de 2013

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

JOSÉ RAIMUNDO CONCEIÇÃO – RELATOR

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR